

unesp



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

PERCURSOS DE FORMAÇÃO E ENSINO TÉCNICO: O OLHAR DOS ALUNOS

Sandra Faria Fernandes
Angela Maria Martine

Como citar: FERNANDES, S. F.; MARTINE, A. M. Percursos de formação e ensino técnico: o olhar dos alunos. *In:* BUENO, M. S. S. **Gestão e currículo no ensino técnico:** Olhares da pesquisa sobre o centro Paula Souza. Marília: Ed. FUNDEPE, 2010. p. 75-104. DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-7983-047-1.p75-104>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CAPÍTULO 3

Percursos de Formação e Ensino Técnico: O Olhar dos Alunos

Sandra Faria Fernandes
Ângela Maria Martins

Este texto é parte integrante de uma investigação maior¹ que procurou apreender os processos institucionais de apropriação (no nível da gestão e da docência), no que diz respeito às orientações dos órgãos centrais e intermediários para a educação técnica de nível médio, com base em estudos de caso realizados nos Estados de São Paulo e do Ceará. Os objetivos da pesquisa original eram: analisar os documentos e a legislação que vêm orientando a formação profissional de nível médio desde o início dos anos 1990 até o presente momento político, no intuito de traçar uma linha histórica e sistematizar esse conjunto normativo, por períodos; analisar a proposta recentemente elaborada para a formação docente, inicial e continuada, para a área; analisar os processos de apropriação que os sujeitos e as instituições escolares desenvolvem com respeito às diretrizes, programas e/ou projetos elaborados pelos órgãos centrais e intermediários para a educação tecnológica de nível médio.

No estado de São Paulo, uma das unidades analisadas foi a ETEC Dona Escolástica Rosa, sob jurisdição do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, na qual se buscou verificar: as questões que afetam a gestão da escola e o processo de construção da autonomia pedagógica, financeira e administrativa, com base na análise de suas relações com os órgãos centrais (grau e nível de autonomia na

¹ Pesquisa financiada pela FAPESP e intitulada “Educação técnica de nível médio: construção de um novo perfil”, da qual participam as pesquisadoras Dra. Ângela Maria Martins (Unisantos/Fundação Carlos Chagas), Dagmar Zibas (Fundação Carlos Chagas) e Maria Sylvania Simões Bueno (Unesp/Marília). Na Universidade Católica de Santos, participaram as estudantes do Programa de Mestrado em Educação Sandra Fernandes Faria e Fabiana dos Santos Costa.

organização curricular e nas questões que dizem respeito ao financiamento e à gestão da escola); as relações da direção com pais, docentes e alunos; as relações dos professores com alunos; o funcionamento dos órgãos colegiados; as parcerias; a avaliação externa realizada sobre a gestão; as opiniões de professores e alunos sobre o que é um bom diretor; as opiniões da direção sobre o que é um bom aluno e um bom professor². Foram entrevistados 82 alunos, sete professores e a direção. No que tange às entrevistas, os dados foram sistematizados em categorias descritivas, com base, num primeiro momento, na fragmentação de todas elas. O material organizado foi, em seguida, analisado sob as lentes das categorias de análise, visando discutir a confrontação da micropolítica escolar com as diretrizes centrais e condicionantes macroestruturais.

Neste capítulo, recortaremos um dos aspectos analisados: as expectativas de jovens de cursos técnicos de nível médio sobre a formação obtida e o que esperam alcançar com a opção feita diante do mercado de trabalho. A direção da escola colocou três turmas à disposição para realização de uma caracterização de seu perfil sócio-econômico: metalurgia (27 questionários aplicados); nutrição/noturno (25 questionários aplicados); segurança do trabalho/diurno (30 questionários aplicados), num total de 82 alunos. Portanto, a abordagem dos alunos ficou dividida em duas etapas: uma primeira, orientada pelo processamento dos 82 questionários. E a segunda, com a escolha de 13 alunos para serem entrevistados³.

² Esses aspectos foram analisados em outros artigos. Ver: MARTINS, 2008a, 2008b.

³ Sandra Faria Fernandes acompanhou a trajetória de vida e profissional de três egressos, com vistas a analisar suas dificuldades e possibilidades de inserção no mercado de trabalho, após cursarem uma escola técnica. Sua dissertação intitulou-se "O ensino técnico e a inserção de jovens no mercado de trabalho: o (in) certo futuro". Dos cinco alunos do curso de Metalurgia, Fabiana dos Santos Costa acompanhou dois egressos, escolhidos por serem negros auto-declarados. Partindo de uma discussão histórica sobre a construção dos conceitos de raça e cor, analisou as expectativas de alunos afrobrasileiros que frequentam curso técnico em relação à sua inserção no mercado de trabalho. Sua dissertação intitulou-se "O ensino técnico de nível médio: algumas expectativas de jovens afrobrasileiros no mercado de trabalho". Agradecemos a participação das bolsistas de iniciação científica da Universidade Católica de Santos, Carla Fernandes Meira e Luciana Tristão Almeida na transcrição das fitas.

Foram analisados, ainda, documentos oficiais do CEETPS, tomando-se como referência principal os dados contidos no Sistema de Avaliação Institucional (SAI, 2004; 2005; 2006), avaliação realizada por pais, professores, alunos e funcionários sobre a escola, incluindo-se a auto-avaliação da direção. Embora sua implementação seja polêmica e discutível (os próprios professores o consideram mecanismo de controle do órgão central sobre a autonomia escolar), o SAI, ao mesmo tempo, é um dos mecanismos que possibilitam a avaliação de todos os atores envolvidos no contexto escolar, portanto, sua análise foi fundamental para realização do cruzamento de opiniões diferentes sobre os mesmos processos institucionais, tendo em vista o número de sujeitos entrevistados e o detalhamento das questões internas.

O conjunto legal e normativo recente para a área: breves considerações

No Brasil, a educação profissional recebeu um capítulo especial na LDB n. 9.394/96, que a define como “integrada às outras formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia”, com o fim de conduzir “ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”, passando a ser desenvolvida “por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação em nível superior”. Esta forma de organização instaurou uma diversidade na implementação de medidas políticas que enxugaram currículos, sob alegação da necessidade de inserção rápida dos alunos no mercado de trabalho, tendo sido as disciplinas de cultura geral substituídas pelas de preparação específica. Pode-se constatar tal prática principalmente nas escolas da rede particular de ensino, que atualmente abrange 71,2% das escolas que oferecem educação profissional, frente aos sistemas estaduais, federais e municipais com, respectivamente, 19,9%, 4,7% e 4,2%, onde uma profusão de cursos compactos e cada vez mais condensados vem sendo implantada (BRASIL, 2006, p. 3).

Atualmente, a educação profissional está atendendo ao contido no Decreto n. 5.154/04, que dispõe sobre a formação inicial e continuada de trabalhadores, educação técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (art. 1º). A organização da educação profissional, nesse decreto, será feita por áreas profissionais, obedecendo à estrutura sócio-ocupacional e tecnológica, bem como será realizada uma articulação de esforços das áreas de educação, do trabalho e emprego, da ciência e da tecnologia (art. 2º). Os cursos e os programas previstos nessa legislação obedecerão a itinerários formativos, tendo como objetivo o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social, podendo esse itinerário estar articulado com a formação de jovens e adultos (art. 3º), ainda que a educação profissional técnica de nível médio seja desenvolvida de forma articulada com o ensino médio (art. 4º) (BRASIL, 2004a).

Tendo em vista a especificidade imposta pela legislação para a educação profissional - aliada ao contexto político e econômico do país - a atual gestão criou a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica por meio do Decreto n. 5.159/04, que passou a gerir a educação profissional, ficando o ensino médio ligado à Secretaria de Educação Básica (BRASIL, 2004b). O Decreto n. 5.154/04 não trouxe alteração significativa. Em seu discurso, afirma não ser um modelo rígido e impositivo a todas as escolas; no entanto, ao estabelecer que todas as experiências educativas na área da educação profissional continuam aceitas, em nada difere do Decreto n. 2.208/97. No tocante à modularização, repete as mesmas falhas do Decreto n. 2.208/97, mantendo esta forma de ensino nas certificações intermediárias e expandindo-as também para o nível tecnológico. Enfim, repete, de certa forma, o que os segmentos articulados da sociedade repudiaram no Decreto n. 2.208/97, embora se perceba um avanço na preocupação de um itinerário formativo nos cursos de qualificação básica. Tal Decreto, ao mesmo tempo em que cria nova perspectiva para o retorno do ensino médio e técnico integrado numa só matrícula, preconiza que todas as escolas de nível médio do país poderão optar por oferecer o ensino técnico de nível médio, bastando para tanto ampliar a carga horária total do curso, a fim de assegurar,

simultaneamente, o cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas. A educação tecnológica, tanto de nível médio como superior, é bem mais complexa. Há toda uma orientação dos currículos para integrar os conhecimentos básicos, as bases científicas, tecnológicas, culturais e humanísticas (BRASIL 2004a).

As escolas técnicas e as faculdades de tecnologia, em parceria com os institutos de pesquisa e com as universidades públicas constituem um importante instrumento para o desenvolvimento do país. Porém, a proposta de modularização, as saídas intermediárias, os cursos aligeirados e currículos voltados para as necessidades imediatas do mercado podem impedir o desenvolvimento da pesquisa nas instituições de ensino tecnológico. Com as reformas, as instituições de ensino técnico, como o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, embora mantendo, como determina o Decreto n. 5.154/04, a forma integrada com o ensino médio, oferece a maioria de seus cursos técnicos separados do ensino médio, recebendo alunos mais interessados nos cursos profissionalizantes ofertados.

Ainda no âmbito da política de expansão da educação profissional, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos/PROEJA, abrange cursos que proporcionam formação profissional com escolarização para jovens e adultos. Os cursos oferecidos são: educação profissional técnica de nível médio com ensino médio, destinada a quem já concluiu o ensino fundamental e ainda não possui o ensino médio e pretende adquirir o título de técnico; formação inicial e continuada com o ensino médio, destinada a quem já concluiu o ensino fundamental e ainda não possui o ensino médio e pretende adquirir uma formação profissional mais rápida; formação inicial e continuada com ensino fundamental (5ª a 8ª série ou 6º a 9º ano), para aqueles que já concluíram a primeira fase do ensino fundamental. Dependendo da necessidade regional de formação profissional, são também admitidos cursos de formação inicial e continuada com o ensino médio e podem ser oferecidos de forma integrada (formação profissional e geral unificada) ou concomitante (cursos em instituições distintas), sendo que a idade mínima de acesso é de 18

anos e não há limite máximo.

O Ministério da Educação, por meio da articulação da Secretaria de Educação a Distância e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, dispõe, ainda, sobre o Programa Escola Técnica Aberta do Brasil. A iniciativa constitui-se em uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, apresentando-se como um passo à frente na tentativa de democratização do acesso ao ensino técnico público, por meio da modalidade de educação à distância, com a finalidade de levar cursos técnicos a regiões distantes das instituições de ensino técnico e à periferia das grandes cidades brasileiras, incentivando os jovens a concluírem o ensino médio (BRASIL, 2007). Entendemos como Bueno (2005, p. 140), ser “a morosidade das discussões” um dos entraves existentes nas propostas de políticas públicas para a área que “retarda ações objetivas conscientes”. Nesse sentido, a educação profissional de nível médio, “por força das contingências de um contexto socioeconômico historicamente caracterizado por enormes disparidades [...], integra-se, hoje, com um nível de ensino cujas contradições e indefinições ainda não foram superadas”.

O CEETEPS: um breve panorama

O CEETEPS - criado como entidade autárquica com sede na capital do Estado, investido de personalidade jurídica, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar na forma da legislação de ensino do país (Decreto-Lei, de 06/10/1969 do Governo do Estado de São Paulo) - foi transformado em autarquia de regime especial, associada à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, por intermédio da Lei n. 952, de 30 de janeiro de 1976 do Governo do Estado de São Paulo. Pelo Decreto n. 37.735, de 27/10/93 do Governo do Estado de São Paulo, autorizou-se a transferência das oitenta e duas Escolas Técnicas Estaduais (industriais, agrícolas e de serviços) pertencentes à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS. A instituição - vinculada

à Secretaria de Desenvolvimento - é responsável pela formação profissional pública nos níveis básicos, técnico, superior tecnológico e de pós-graduação.

Pelo Decreto n. 16.309, de 04/12/80 do Governo do Estado de São Paulo, foram integradas à instituição seis unidades escolares que ofereciam o ensino técnico; em 1982, foram incorporadas mais seis escolas e, em 1989, mais duas, totalizando quatorze unidades escolares. A Resolução conjunta SE/SCTDET-2 de 19/11/2003, no seu artigo 1º, afirma que a coordenação pedagógica e administrativa dos cursos de Educação Profissional de Nível Técnico, que vêm sendo mantidos pelas escolas estaduais jurisdicionadas à Secretaria de Estado da Educação, ficaria, a partir de 2004, sob a responsabilidade do CEETEPS, tornando-se, assim, a única instituição estadual que oferece o ensino técnico. Atende em média 90 mil alunos anualmente e desenvolve o Ensino Fundamental, na modalidade EJA; o Ensino Médio, na modalidade regular e em EJA; o Ensino Profissional Integrado ao Ensino Médio – Proeja; e oitenta e três Habilitações Profissionais Técnicas de Nível Médio para os setores industrial, agropecuário e de serviços; e oferece, ainda, a formação inicial e continuada a trabalhadores dos mesmos setores. Como atividade suplementar mantém classes descentralizadas em convênio com Prefeituras Municipais e empresas privadas.

O último ano com matrícula inicial no ensino integrado foi em 1997, quando os cursos ofereciam o ensino médio e a educação profissional ao mesmo tempo, ou seja, a matriz curricular contemplava as disciplinas de formação geral e de educação profissional. O final do ensino integrado com formação ocorreu em 2000, sendo que a partir do primeiro semestre de 1998, os alunos passaram a ter a opção de matricular-se, independentemente, no ensino médio ou no ensino técnico, ou em ambos. A pesquisa realizada⁴ para verificar os efeitos da aplicação da Lei n. 9.394/96 pelo CEETEPS (HEMÉRITAS; MAIA, 2005), aponta os seguintes indicadores: matrícula

⁴Tendo por objetivo divulgar dados, informações e análises de suas atividades entre 1997 e 2004, o CEETEPS publica, em 2005, o livro “Reflexos da Reforma da Educação Profissional nas Escolas Técnicas Estaduais de São Paulo”, resultado das pesquisas empreendidas.

inicial do ensino médio; matrícula inicial por área profissional; matrícula inicial por habilitação; relação inscritos/vagas do vestibulinho; relação inscritos/vagas do vestibulinho por área profissional; relação inscritos/vagas do vestibulinho por habilitação.

Constatou-se, por exemplo, aumento no número de candidatas ao vestibulinho, passando de 100.054, no 1º semestre de 1997, para 189.119, no 1º semestre de 2004, portanto, um crescimento de 89,01% no período. Os números referentes ao ensino médio indicam aumento de inscritos: de 36.745 em 1998, para 50.360 em 2004, ou seja, mais de 37,05%. Com relação ao ensino técnico, o número de inscritos passou de 46.542, no 1º semestre de 1998, para 138.759, no 1º semestre de 2004, ou seja, cresceu mais de 198,13%. No 2º semestre de 2004, houve 95.098 inscritos, registrando um crescimento de 429,73% se comparados aos 17.952 do 2º semestre de 1998 (HEMÉRITAS; MAIA, 2005, p. 28).

O perfil socioeconômico dos candidatos aprovados no vestibulinho dos cursos de educação profissional, de 1995 a 2004, também mudou. Verificou-se, por exemplo: redução percentual dos candidatos aprovados da faixa etária de 15 a 17 anos, de 83% em 1995 para 33,30% em 2004; aumento percentual dos candidatos da faixa etária de 18 a 27 anos, de 17% em 1995 para 40,30% em 2004, e da faixa etária acima de 27 anos, de 0% em 1995 para 14,72% em 2004.

As mudanças ocorridas nos percentuais das classes de faixa etária foram maiores em 1998, com a separação dos cursos em médio e técnico; de 2002 a 2004 as diferenças são menores e há relativa estabilidade nesses números. Com o aumento percentual, nos períodos, dos candidatos trabalhadores aprovados, que foram de 33% em 1995 para 53% em 1998, houve pequena redução percentual nos períodos subsequentes, com pequenas variações no período de 2002 a 2004. A referida pesquisa concluiu que: “o conjunto do alunado do Centro Paula Souza é hoje, em relação ao do ano de 1997, mais pobre, mais velho e constituído por mais pessoas que trabalham” (HEMÉRITAS; MAIA, 2005, p. 81).

Após 2001, alguns cursos foram criados e outros extintos, acompanhando a procura por matrículas nesses cursos e as tendências do

mercado de trabalho. É importante salientar que o CEETEPS, nesse período, ampliou a quantidade de habilitações implantadas e também a diversidade e amplitude dos cursos. São vinte e uma áreas profissionais previstas pelos Referenciais Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CEB n. 04/99 atualizada pela Resolução CNE/CEB n. 01/2005). O CEETEPS oferece e mantém cursos nas dezessete áreas profissionais em que atua, proporcionando oitenta e três habilitações profissionais, sendo cinco de ensino a distância, quatro na modalidade de ensino em alternância regular (artigo n. 23 da LDBEN n. 9.394/96), e em 2007 voltou a oferecer o Ensino Profissional Integrado ao Ensino Médio na Área Profissional de Agropecuária e Ensino Integrado ao Ensino Médio na Área Profissional de Gestão na modalidade Proeja; oferece, também, curso de especialização técnica nas Áreas Profissionais de Química, Gestão e Serviços de Apoio Escolar.

Os cursos são estruturados por módulos, incluindo saídas intermediárias que possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após sua conclusão com aproveitamento conforme o Decreto Federal n. 5.154/04. Segundo a classificação do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, de 2006, em São Paulo, entre as escolas públicas estaduais, as onze primeiras colocadas são escolas técnicas e oito unidades do CEETEPS ficaram entre as dez melhores instituições públicas. As escolas técnicas ficaram, ainda, em primeiro lugar em 59 dos 71 municípios onde foram avaliadas – o que representa um crescimento de 20% nas primeiras colocações, em relação a 2005. O levantamento de 2006 mostra ainda que a ETEC “São Paulo” conquistou o 10º lugar entre as públicas de todo o país e o 8º lugar entre todas as escolas da capital (públicas e particulares). No Brasil, entre as vinte melhores escolas públicas, excluindo as federais, 14 pertencem ao CEETEPS. Em Santos, a ETEC Aristóteles Ferreira ficou em primeiro lugar entre as escolas públicas, e em quarto lugar na classificação geral das escolas da cidade (CENTRO..., 2007).

O cenário da pesquisa: a cidade e a escola

Em 1892, o porto de Santos passou por um grande processo de modernização, em decorrência de medidas tomadas pelo governo federal, no sentido de organizar uma concorrência para aparelhar e desenvolver os serviços do cais, tendo a Companhia Docas de Santos assumido a administração dos serviços portuários. Em 1867, a estrada de ferro Santos–Jundiá foi inaugurada para facilitar o transporte de café. A rápida urbanização de Santos gerou diversos problemas, como epidemias e endemias, concorrendo para que a cidade ficasse conhecida como “porto maldito”. Graças aos esforços conjuntos entre o poder público e o engenheiro sanitaria Saturnino de Brito, com seu arrojado projeto⁵ de saneamento, a cidade foi urbanizada e saneada. No final do século XIX, diversos estabelecimentos de ensino foram criados, em sua grande maioria particulares, de cunho classista ou religioso, para atender as elites e as camadas médias urbanas crescentes (MORAES; ALVES, 2002).

A ETEC Dona Escolástica Rosa, uma das primeiras unidades profissionalizantes no Brasil, oferece atualmente, os cursos de Administração, Metalurgia, Nutrição e Dietética e Segurança do Trabalho. Foi inaugurada em primeiro de janeiro de 1908, por idealização de João Octávio dos Santos (*08/03/1830 – >09/07/1900), mulato, filho natural da escrava Dona Escolástica Rosa e supostamente do Conselheiro João Octávio Nébias⁶, tendo sido batizado pelo Conselheiro e sua esposa Dona Emerenciana Nébias, responsáveis por sua formação.

O Instituto ficou sob a administração da Santa Casa até 1931, época em que foi assinado um convênio com o governo do Estado, por um período de 50 anos. Por volta de 1980, o internato foi fechado e o Estado firmou com

⁵ Saturnino de Brito elaborou um projeto de saneamento da cidade de Santos; foram construídos canais que cortavam a cidade do centro para os arrabaldes.

⁶ O Conselheiro Nébias nasceu em Santos a 01/06/1811. Ocupou os cargos de Juiz Municipal de Santos, Deputado Provincial reeleito em sucessivas legislaturas, Presidente da Assembléia Provincial de São Paulo, Juiz de Direito de Paranaguá, Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Presidente da Província de São Paulo, Senador do Império, Ministro da Justiça e Conselheiro Imperial de D. Pedro II. (RODRIGUES, 1980 apud GOMES, 2001, p. 31).

o hospital, mantenedor da escola, um contrato de locação. A escola foi transferida para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS pelo Decreto n. 48.456 de 20/01/2004, do governo do Estado de São Paulo. Muitas disputas ocorreram na tentativa de modificar seu objetivo⁷ de ser uma escola de educação profissional gratuita, tendo em vista a vontade de seu idealizador expressa em testamento, considerado obra-prima na área jurídica.

Seu núcleo de gestão é assim constituído: a Direção, responsável pelo controle de toda a Unidade Escolar, tem como atribuição principal integrar as diversas áreas e equipes, além de executar, planejar, coordenar e organizar as atividades que propiciem e facilitem o cumprimento das metas da escola; a Diretoria de Serviços trata de serviços relacionados a recursos humanos, financeiros, materiais, patrimônio, manutenção e conservação em geral, segurança, zeladoria, suprimentos e comunicação; a Coordenação de Áreas é responsável pelo planejamento do ensino, pela supervisão e controle das atividades docentes em relação às diretrizes didático-pedagógicas e administrativas, bem como pela otimização dos recursos físicos e didáticos disponíveis; a Secretaria Acadêmica presta informações sobre conceitos, faltas, documentação, atestados e declarações; a Zeladoria cuida da conservação e limpeza geral das dependências da escola, do zelo e conservação de material fixo e de consumo, organiza e executa trabalhos que se encaixem no setor de zeladoria; a CIPA, entidade que é uma determinação do Ministério do Trabalho, tem como objetivo a prevenção de doenças e acidentes do trabalho mediante controle de riscos presentes no ambiente; a APM tem a finalidade de mobilizar os recursos humanos, materiais e financeiros da comunidade, para auxiliar a escola no que diz respeito à melhoria do ensino, à conservação e manutenção do prédio, de máquinas e equipamentos e da programação de atividades culturais e de lazer

⁷ Julio Conceição elaborou o primeiro regulamento da escola, segundo o qual ela deveria ser organizada, construída e mantida exclusivamente com renda do seu patrimônio, com a finalidade de dar educação gratuita, moral, cívica e profissional a meninos pobres, sem distinção de nacionalidade, de preferência órfão, em regime de internato, fixado inicialmente em 50 o número de educandos (ver História e Lendas de Santos – Ensino. Disponível em: <www.novomilenio.inf.br>).

(grifos nossos) (ESCOLA..., 2007)⁸.

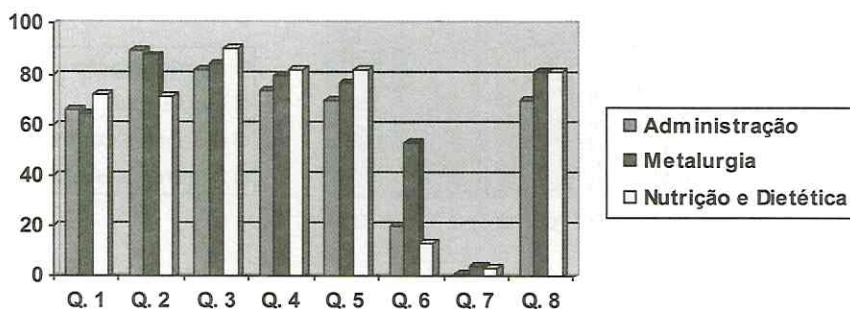
Na unidade, 54,7% dos alunos são homens e 45,3% mulheres; a maioria está na faixa etária de 16 a 25 anos (62,1%); 51,8% deles trabalham e 47,2% não trabalham (1% não respondeu); 83% já tinham cursado o ensino médio: 67% em escola integralmente pública e 6,2% em escola particular; os demais intercalaram o tempo de curso entre a escola pública e a particular (CENTRO..., 2006, p. 5.3).

No Sistema de Avaliação Institucional/SAI de 2004, algumas alternativas foram selecionadas para conhecer os motivos da escolha dos cursos: 1) tenho algum conhecimento e gosto do curso; 2) possibilita maiores oportunidades de emprego; 3) pretendo me profissionalizar; 4) pretendo exercer a profissão de técnico; 5) pretendo seguir os estudos na área; 6) trabalho na área; 7) freqüente o ensino médio na escola; 8) é reconhecido como um bom curso. Na escola havia, em 2004, 424 alunos matriculados, e a pesquisa foi realizada com alunos que cursavam o segundo e terceiro termos dos cursos de Administração, Metalurgia e Nutrição e Dietética. O gráfico 1 mostra as alternativas que motivaram a escolha, segundo o curso.

⁸A escola possui um Centro de Memória. Em 1997, o CEETEPS, no sentido de estimular atitudes de valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural, desenvolveu o "Projeto de Historiografia do Ensino Público Profissional Paulista", que contou com o apoio científico da Universidade de São Paulo, por meio da Faculdade de Educação (FE/USP), e o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP.

Gráfico 1

Porcentagem do número de alunos em relação à alternativa de resposta que motivou a escolha do curso - 2004



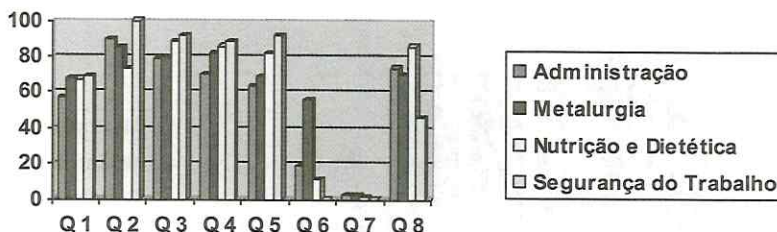
Fonte: ETEPS/SAI

A maioria dos jovens pesquisados (85,49%) escolheu a alternativa n. 3, ou seja, optou pelo curso para se profissionalizar; 82,65% preferiram a alternativa n. 2, esperando que o curso lhes possibilitasse maiores oportunidades de emprego. A diferença é pequena entre os que pretendem exercer a profissão de técnico (78,55%) e os que desejam seguir estudos na área (76,03%). Os que já trabalham na área são 27,13%.

O indicador aponta que, embora os alunos estejam procurando se profissionalizar e obter maiores oportunidades de emprego, no curso de Nutrição e Dietética não existe um percentual indicativo que demonstre estarem sendo direcionados a uma empresa ou mercado de trabalho específicos (CENTRO..., 2004, p. 9.1).

Em 2005, a escola tinha 786 alunos matriculados. A pesquisa do SAI foi realizada nos moldes da anterior, e as alternativas de resposta foram as mesmas de 2004. Nesse ano, foi avaliado também o curso de Segurança do Trabalho, e os dados são mostrados no gráfico 2.

Gráfico 2
Porcentagem do número de alunos em relação à alternativa de resposta
que motivou a escolha do curso - 2005



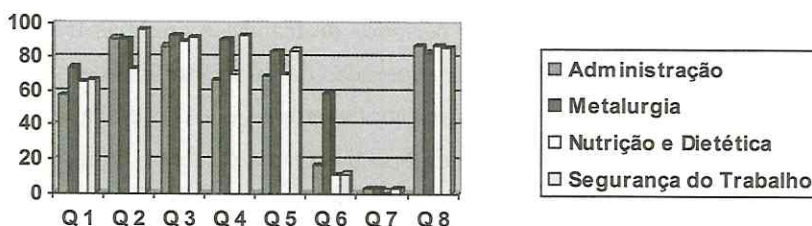
Fonte: CEETEPS/SAI

Poucas mudanças ocorreram. Os motivos dos alunos que procuram a escola técnica continuam sendo o de se profissionalizar e ter maiores oportunidades de emprego, ficando as respostas empatadas em 83,2%. Quanto à opção de trabalhar como técnico ou continuar os estudos temos 79,1% e 72,9%, respectivamente. Os que já trabalham na área continuam, a exemplo do ano anterior, em baixa porcentagem, ou seja, 23,7% (CENTRO..., 2005, p. 10.2).

Em 2006, havia 995 alunos matriculados. Nesse ano, foi realizada nova avaliação SAI, no modelo da anterior, e os resultados estão expressos no gráfico 3.

Gráfico 3

Porcentagem do número de alunos em relação à alternativa de resposta que motivou a escolha do curso – 2006



Fonte: CEETEPS/SAI

Com relação às expectativas dos alunos na escolha do curso, a profissionalização, com 89,5% das respostas, continua sendo a de maior relevância, seguida pela possibilidade de maior emprego na área (86,3%). O número de alunos que trabalham na área caiu para 21,8% (CENTRO..., 2006, p. 9.1).

É importante registrar que o maior índice encontrado nas respostas dos alunos diz respeito à gratuidade da escola: 93,06% em 2004, 96,3% em 2005, e 90,5 em 2006, tendo também pesado na escolha o fato de os alunos considerarem a escola técnica como uma boa escola.

As opiniões de alunos: o percurso de formação e o mercado de trabalho.

“Bem mais que o tempo que nós perdemos,
ficou pra trás também o que nos juntou”
(Samuel Rosa/Nando Reis)

O atual período de transição para novas formas de organização do trabalho e como consequência, de novas interações entre o Estado, o capital e o trabalho provocaram um aprofundamento da desigualdade social, da fragmentação da sociedade e da corrupção dos critérios morais e da infra-

estrutura cultural, fatores comumente mais graves nos países periféricos onde, historicamente, tem imperado uma profunda desigualdade na distribuição de bens sociais e econômicos.

Nesse contexto, os alunos que procuram cursos técnicos o fazem como estratégia para enfrentar períodos de transição em suas trajetórias de vida e profissionais, em busca de superação da imprevisibilidade que permeia o mercado de trabalho e a situação de emprego. A relativa estabilidade proporcionada pelo capitalismo da época da jaula de ferro, contexto no qual as trajetórias de vida e profissional possibilitavam a construção de narrativas individuais, foi definitivamente substituída pela precariedade do trabalho e das condições de vida urbana (SENNETT, 2006).

Nesse sentido, a passagem da escola para o trabalho não ocorre mais em etapas definidas, com tempo demarcado, em contextos formais, pelo contrário. Essas trajetórias são interrompidas, retomadas e modificadas em seu percurso diante de situações adversas. Neste texto, não entraremos na discussão sobre o conceito de trajetória de vida e profissional, no entanto, não podemos nos furtar de fazer referência ao conceito de trajetória, tal como Bourdieu (2006, p. 82) o coloca. Compreendida de diferentes formas no campo das ciências sociais e humanas (na historiografia contemporânea a trajetória tende a ser vista apenas como história de vida), ela é construída por acontecimentos que podem ser definidos “como alocações e deslocamentos no espaço social [...], isto é, ela é distribuída “nos estados sucessivos de estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado”. Dessa forma, uma trajetória somente pode ser compreendida no campo que se transforma, ele próprio, sucessivamente, pois “o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado [...] ao conjunto dos outros agentes”, se defrontaram “no mesmo espaço de possíveis”.

No entanto, o espaço de possíveis - no atual momento de profundas transformações em função do contexto econômico, político, social e cultural -, provoca um efeito coletivo de desestabilização ou, como assinala Castel (2005), de dessocialização em função do desmoronamento das coberturas sociais constituídas no início da era moderna.

Com efeito, as entrevistas de aprofundamento dos treze alunos evidenciam buscas realizadas de diferentes formas por inserção e permanência na escolaridade formal, no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na tentativa de construção de uma narrativa de vida que possa proporcionar certa margem de estabilidade social e econômica⁹.

Na opinião de Gabriel:

Sou autônomo e trabalho com eletrônica (rádio, tv). Escolhi este curso pra ingressar na indústria, ter estabilidade e outras vantagens profissionais. Esta escola é a única que tem o curso na região, pode facilitar em função dele ser o único de metalurgia na região, e eu pretendo ingressar na Cosipa, pois lá tem um monte de vantagens, carteira assinada, plano de saúde [...].

A consolidação da individualização das tarefas e das trajetórias profissionais acarreta numa responsabilização individual dos atores sociais que passam a assumir a própria necessidade de mudança de rumos tanto em sua vida pessoal quanto profissional. É como se o ator fosse liberado de certos “constrangimentos coletivos que podiam ser opressivos, como no quadro da organização tayloriana do trabalho. Mas ele é de alguma forma obrigado a ser livre, intimado a ser bem sucedido, sendo ao mesmo tempo totalmente entregue a si mesmo” (CASTEL, 2005, p. 46).

No entanto, esse *aggiornamento* individualista maximiza as chances daqueles que conseguem, nesse contexto de desaceleração do emprego pleno, desenvolver suas potencialidades criativas e empreendedoras, que poderiam ser constrangidas no capitalismo da jaula de ferro, por imposições excessivamente burocráticas de empresas inflexíveis em seu modo de funcionamento. Como assinala o autor, esta é a parte da verdade do discurso que exalta o espírito empreendedor. Porém, esse discurso se esquece de apontar o outro lado da mesma situação: agravam-se os níveis de desigualdade

⁹ As entrevistas aqui analisadas têm significado e significância no contexto das questões que o estudo procurou abordar. Dessa forma, necessariamente, este artigo não esgota as visões contidas nas treze entrevistas de aprofundamento. Os nomes são fictícios e os entrevistados assinaram Termo de Consentimento Esclarecido. Como se disse anteriormente, alguns dos problemas já foram discutidos em outros artigos (MARTINS, 2008a; 2008b).

econômica, social e diminuem as chances de mobilidade social da maior parte dos segmentos de trabalhadores.

Vejamos o caso de Márcio:

Hoje eu trabalho numa empresa chamada [...], de engenharia e sou projetista, tenho carteira assinada. Tive que fazer o curso de metalurgia porque hoje há uma grande variação de materiais e eu preciso saber quais são, para quê servem, a temperatura necessária, até onde vai a resistência do material. A empresa não quer saber se você vai pagar um curso ou não, você tem que procurar saber as coisas por conta própria, senão daqui a pouco estou fora. Na realidade eu pretendo terminar meu curso e levar minha carreira adiante, se conseguir fazer Engenharia.

Observa-se a preocupação com a garantia de uma atividade profissional que proporcione “segurança material e financeira, relações sociais, uma organização do tempo e do espaço e uma identidade no trabalho. No caso dos jovens, trata-se do conhecimento do *status* de adulto, portanto, de homem” (PAUGAM, 2003, p. 93). Sem dúvida, a ausência do contrato jurídico que confere *status* à atividade do trabalho - visto como emprego assalariado desde o advento da modernidade - constrange os indivíduos. Nesse sentido, a falta de perspectiva de um trabalho estável na forma de emprego com salário e carteira assinada, provoca uma angústia que vem, gradativamente, se consolidando na forma de doenças sociais. Na opinião de João, 19 anos:

Esta associação de poder e dinheiro é perigosa; eu não queria ser poderoso para ter dinheiro, eu queria ter poder para poder mudar algumas coisas, mas o poder ia trazer dinheiro. Aconteceu-me um problema na vida e eu não pude mais seguir o caminho que eu queria que era ser militar. Eu tenho diabetes, como meu pai. Eu acho que a gente tem que se adaptar com o que acontece pra gente. Os meus amigos foram fazer cursinho, foram crescendo, e eu não posso fazer por causa de dinheiro. Agora, arrumei emprego como aprendiz, auxiliar de almoxarifado. Entrei pelo programa Menor Aprendiz, do governo do Estado. Essa Lei foi estendida porque muitos jovens não tinham o primeiro emprego; o segundo emprego exige uma experiência, como é que você vai ter

o segundo se você não teve nem o primeiro em carteira? Foi uma oportunidade a ampliação desse programa para jovens com mais de dezoito anos, até vinte e um. Eu estava inscrito no CIEE e nunca arrumei nada porque, às vezes, quando o horário era bom, o salário não compensava (eu ajudo em casa, o meu pai teve derrame então eu ajudo em casa), então tinha que ser um salário que realmente compensasse a falta de alguém em casa.

Apesar de não estar desempregado e de ter conquistado seu primeiro emprego com carteira assinada – ainda que no âmbito de um programa governamental –, provoca em João certo constrangimento por não se sentir participante do *status* daqueles que seguem trajetórias definidas: terminar o ensino médio, ingressar num cursinho, conseqüentemente, numa faculdade e posteriormente, conquistar um bom emprego. Essa sensação de estar fazendo o melhor que pode pelo que a vida lhe oferece, em alguns casos, agrava a angústia do fracasso e em outros, provoca o desejo de buscar saídas, sejam quais forem, até conseguir “melhorar de vida” (João). Como diz Paugam (2003), algumas pessoas sentem que o fracasso que lhes oprime (fracasso que é visto tendo como parâmetro outras pessoas consideradas bem sucedidas, com emprego fixo, tarefas nobres, carreira promissora, etc.), é observado publicamente por todos como sinal de inferioridade ou de incapacidade social. João acrescenta de que forma encara a necessidade de assumir quaisquer tarefas para se manter empregado:

já trabalhei com animação de festas, como monitor, como garçom. Já trabalhei de frente de caixa, de entregador de água, tudo temporário, sem carteira assinada, era tudo assim, quinze reais aqui, vinte reais ali, dez aqui, trinta ali, e dependendo da função, garçom era a que eu ganhava melhor. Fui me infiltrando na copa, aprendi a fazer umas bebidas e algumas noções de servir; comecei a pesquisar na INTERNET algumas coisas de etiqueta, porque garçom tem que ter certa etiqueta. Tem que se virar, não interessa como, se não posso fazer o que quero, nem faculdade, tem que encarar. Agora estudo nutrição e pretendo continuar. Considero uma boa escola, mas tem que ter algumas melhorias.

Há, ainda, aqueles que tiveram alguma atividade profissional

considerada “mais nobre”, isto é, que conferia certo status diante da situação atual de desemprego ou de ter que viver de trabalhos temporários, sem perspectiva mais definida em relação à sobrevivência. Nesses casos, as condições anteriores de vida – mais satisfatórias do que as atuais – provoca uma deslocalização social, tão grave como daqueles que nunca viveram situações de emprego ou atividade profissional estável, pois, “confrontados com a escassez da oferta de emprego em certos setores de atividade, os desempregados com uma idade que dificulta a reinserção profissional são tomados por um sentimento de angústia, que se liga à perspectiva de reais dificuldades financeiras e, ao mesmo tempo, ao peso da humilhação” (PAUGAM, 2003, p. 95). Vejamos o caso de Tônia, 36 anos, divorciada, um filho:

eu tinha uma loja excelente. Separei-me e fui trabalhar no que aparecia. Hoje eu estou prestando serviço de costura. Se eu pudesse estaria lá até hoje, porque eu sempre gostei de trabalhar com comércio. Meus pais sempre trabalharam com comércio. Faço coisas para vender: ovo de páscoa, salgados. Este curso me interessou porque sempre gostei dessa parte de alimentação. Vários fatores da minha vida me obrigaram a vir estudar aqui: estava diante de um mercado de trabalho sem faculdade concluída, sem uma especialização [...] se eu vou trabalhar ou não nessa área é uma coisa que eu só vou ver com o tempo [...]

Como já discutimos em trabalho anterior, em mercados de trabalho marcados por intensa heterogeneidade (no qual se mesclam diferentes formas contratuais e não contratuais de vínculo empregatício), não é clara a articulação entre oferta e procura de trabalho, por vários fatores, particularmente em países periféricos ou semi-periféricos (MARTINS, 2005). No referido trabalho, assinalávamos que de qualquer forma, para o trabalhador desempregado ou exercendo atividades precárias de trabalho, a qualificação inicial e/ou a possibilidade de buscar novas qualificações profissionais é questão, antes de tudo, de sobrevivência, pois esse processo representa a porta de (re) entrada num mercado de trabalho restritivo.

Segundo Lúcio,

não trabalho e escolhi esse curso, porque ele é uma continuidade dos cursos que eu já tinha feito antes. É um curso que falta para ingressar no mercado. Eu tenho 18 anos ainda, terminei o Ensino Médio agora, ano passado e, o curso técnico abre portas. Eu estou encontrando dificuldades porque não convivo com a área, porque a maioria dos companheiros da sala trabalha com aquilo já, e se identifica melhor com o curso. As aulas são voltadas para o mercado de trabalho mesmo, mas se você já trabalha na área facilita.

Na opinião de Martins

não trabalho e escolhi Metalurgia porque eu tinha feito um curso no SENAI, de Calderaria. Gostei da profissão e quis dar andamento. Pretendo fazer engenharia mecânica. Esta escola é muito boa e aqui na Baixada Santista é a única que tem o curso de Metalurgia. Eu tenho mais chances no mercado de trabalho porque vou ter um componente no currículo a mais do que as outras pessoas. Eu faço Ensino Médio junto e quando eu acabar o Ensino Médio aí eu procuro um estágio.

Os segmentos da população que vivenciam períodos prolongados de desemprego e/ou de emprego informal/precário, não desejam passar a ser assistidos permanentemente, ainda mais porque as possibilidades de assistência, no Brasil, são vulneráveis e fragmentadas. Aqueles que estão desocupados desejam, sim, recuperar o *status* social proporcionado pelas relações formais de trabalho, embora, diferentemente dos países mais desenvolvidos, as questões que envolvem o emprego e a proteção contra o desemprego não tenham constituído, historicamente, as mesmas formas de proteção coletiva do Estado de Bem Estar Social:

A diferença com relação ao Brasil e aos países do terceiro mundo é que existe a imposição da idéia de indivíduo *par defau*, ou seja, um individualismo solitário e imposto pelo abandono do Estado, devido à inexistência de uma propriedade social constituída e universalizada. (NARDI, 2003, p. 120).

Segundo Luciana, 24 anos:

no momento não estou trabalhando, mas já trabalhei; fui vendedora e operadora de caixa em supermercados e lojas. Algumas vezes tive carteira assinada, outras não. Metade do tempo foi sem carteira assinada. A maioria das empresas hoje em dia contrata por três meses por outra empresa, chama-se terceirizada, depois você fica até seis meses. Você pode ficar três, seis, nove meses, depois eles dispensam. A empresa não tem gasto, quer dizer, tem gasto, mas nem tanto como uma pessoa que está registrada. Eu terminei o colegial em 1999 e eu tinha feito um curso técnico de módulos bem curtos. Fiz também informática, datilografia. Em 2003 eu entrei no cursinho pré-vestibular. Fiz um ano e meio de cursinho e não entrei na faculdade. Tentei o técnico e assim me encaixei aqui e encontrei a minha área, vi que eu gosto mesmo é da área da saúde. Prestei vestibular pra informática e agora estudo coisas relacionadas à área da saúde.

Segundo Sennett (2006), um indivíduo para sobreviver no atual contexto de condições sociais adversas, instáveis e fragmentadas, precisa enfrentar três desafios. O primeiro diz respeito às relações sociais de curto prazo constituídas pela intensa mobilidade de empregos e de locais de trabalho. O segundo se refere ao talento, entendido como a maneira com a qual os sujeitos apreendem as mudanças ocorridas e desenvolvem capacidades potenciais, em um processo de constante capacitação. Entretanto, nas sociedades contemporâneas se troca a importância de fazer bem alguma coisa por uma cultura da meritocracia, que amplia o horizonte das habilidades potenciais em detrimento das realizações passadas. O terceiro desafio é permitir que o passado fique para trás, descartando as experiências já vividas.

Também para Paula, as atividades profissionais exercidas enquanto estava empregada significavam apenas a garantia de sobrevivência:

agora eu não trabalho. Sem carteira registrada, eu trabalhei oito meses em um consultório, eu era recepcionista, secretária, faxineira, enfim, tudo o que havia para fazer. Trabalhei durante algum tempo em uma padaria também, como atendente e trabalhei

também um mês em uma sorveteria, mas nunca com carteira assinada. Já trabalhei de lotação também, como cobradora. Parei de estudar faz seis, sete anos.

No âmbito das políticas públicas, várias propostas têm sido elaboradas na tentativa de apontar possíveis saídas do campo de tensão constituído, de um lado, pelas exigências prementes de inserção de jovens e adultos num mercado de trabalho cada vez mais enxuto e volátil. De outro, discute-se a possibilidade de se ofertar, ao mesmo tempo, uma formação sólida que permita aos alunos percorrer os caminhos da construção de conhecimentos historicamente produzidos, preparando-o para o mundo do trabalho que cada vez mais ostenta o enigma da esfinge: decifra-me ou te devoro. Vejamos o caso de Sérgio:

eu faço atendimento ao público, com carteira assinada. Escolhi fazer metalurgia porque acho que é um curso que pode dar um futuro em termos de emprego, é uma formação que pra frente eu posso ampliar, não vai parar aqui. Escolhi esta escola porque é conceituada e tem estrutura. O curso não proporciona uma saída direta pra o mercado de trabalho. A maioria daqui não vai sair com emprego, vai sair com um curso, apenas.

Após os anos 1970, o mundo do trabalho passou a exigir um perfil de trabalhador polivalente, cooperativo e capaz de desenvolver seu potencial de aprendizagem sustentado por formações permanentes. As imbricações entre os novos rumos da economia e as reformas dos sistemas de ensino em âmbito internacional a partir dos anos 1980, sobretudo, têm sido exaustivamente discutidas pela literatura da área. Se o século XX foi o século da produção industrial, o século XXI tem sido apontado como o século das tecnologias de informação e da sociedade do conhecimento, num processo que exige diversificação dos espaços educacionais. Entretanto, também entre as propaladas reformas dos sistemas de ensino e as possibilidades de expansão do padrão de competitividade dos países que as implementam, não há uma relação simétrica. Outros fatores pesam para que a educação – vista como motor de desenvolvimento nas práticas discursivas oficiais –, alavanque o crescimento de um país. Um dos mais importantes, sem dúvida, seria a

constituição de uma agenda de governo que integrasse as políticas setoriais e, mais do que isso, efetivamente elegeisse as políticas sociais como prioridade de governo.

Considerações finais

Na América Latina, os sistemas de formação profissional foram elaborados com a finalidade de atender a quem não tem acesso à educação superior ou quem não concluiu o ensino médio e procura garantir a melhor transição possível entre a escola e o emprego. As soluções apontadas são traduzidas de várias formas que vão das tradicionais autorizações de operações utilizadas pelo Ministério da Educação e Trabalho às medidas de mensuração da qualidade do trabalho formativo. Aponta-se ainda a necessidade de se tomarem medidas que contemplem a importância de políticas orientadas à demanda, que reduzam a evasão escolar e ampliem as oportunidades de acesso para aqueles com menos recursos (ORGANIZAÇÃO..., 2007).

Os dados apontam que, dos 106 milhões de jovens na América Latina e no Caribe, 48 milhões trabalham, e 13 milhões trabalham e estudam. Pelos dados do SAI-ETE 2005, da ETEC Dona Escolástica Rosa, a Taxa Concluinte Curso – TCC (número obtido pela divisão do total de alunos matriculados no início do curso pelo número de concluintes) demonstrou que 56,6% dos alunos que iniciaram o curso conseguiram concluí-lo. Dentre os motivos apresentados por ter abandonado o curso, que representa 43,4% dos alunos, o mais constante foi a impossibilidade de compatibilizar as atividades de estudo e o trabalho.

Outro problema grave diz respeito às dificuldades de acesso de alunos concluintes da educação básica em escolas públicas ao ensino superior público. Segundo os dados do Censo Escolar da educação básica, 87,9% dos alunos matriculados no ensino médio brasileiro pertencem a escolas públicas e representam apenas 46,8% do total de matrículas nas Instituições de

Educação Superior, ou seja, boa parte dos alunos originários do ensino médio público não tem conseguido ingressar na educação superior (BRASIL, 2006).

Outro fator que chama a atenção e como pudemos verificar na opinião dos alunos, a opção pelo curso técnico deveu-se ao fato de voltar a estudar (ou de permanecer estudando) com vistas a ingressar no ensino superior, o que corrobora dados do Censo de 2006. Ao tratar da distribuição das matrículas segundo as formas de articulação com o ensino médio, o Censo aponta que 55,6% dos alunos de 2005 (416 mil) possuem o ensino médio concluído, o que evidencia o retorno dos alunos às instituições para uma habilitação profissional, quando poderiam pleitear uma formação de nível superior. Os alunos entrevistados deixaram claro que a escolha pelo ensino técnico foi uma estratégia para conseguir o ingresso no ensino superior.

A vinculação da educação profissional às ofertas do mercado é de tal modo estreita que a falha na conquista de uma vaga, ou mesmo seu retardo, resulta no fracasso de todo o processo. A frustração pela não inserção aponta para nova qualificação e mais tempo de preparação, caminhando no sentido oposto ao critério de eficiência assumido pelo mercado, quando analisa o ensino técnico sob a fórmula – habilidade técnica/tempo de preparação e investimento/tempo de preparação. Essa teoria do tempo otimizado para o ensino técnico, que supostamente levaria a uma inserção mais rápida no mercado, cai por terra, bastando para tanto um cenário inadequado ou a falta de sincronia entre o mercado de trabalho e o currículo escolar. Para sustentar esse argumento, auxilia-nos o pensamento de Paiva (1997, p. 130-131) sobre o descompasso entre ensino técnico e emprego:

[...] as transformações por que passa o mundo contemporâneo estão a demandar novas e maiores forças psíquicas e virtudes pessoais, necessárias à vida num mundo em que a concorrência se acirrou [...] Não se trata apenas de qualificar para o trabalho em si, mas de formar para a vida na qual também se insere o trabalho, nem sempre como foco fundamental da existência, com uma flexibilidade e um alcance suficiente para que se possa enfrentar o emprego, o desemprego e o auto-emprego e para que se possa circular com desenvoltura em meio a muitas “idades” de tecnologia com

possibilidade de olhar para trás, compreender o mais possível a transição, entender e usar (se for o caso) as máquinas mais modernas e fazer face a suas inúmeras e multifacéticas conseqüências na vida social e pessoal.

A educação constitui uma das políticas sociais e, no âmbito destas, não são poucas as mudanças de diretrizes de gestão desde fins dos anos 1970: a linha tênue que vinha, historicamente, separando as políticas de integração das políticas de inserção (também chamadas de assistencialistas), diluiu-se de forma irreversível, pelo menos no atual contexto. Grandes contingentes da população dos países de economia central e de alguns países que constituem o bloco dos emergentes – caso brasileiro – vêm sendo “assistidos”, na impossibilidade de se verem integrados ao mercado de trabalho e de consumo. Indivíduos que até muito recentemente possuíam o *status* de trabalhadores, passam a integrar o segmento de “assistidos”, numa velocidade que tem preocupado governantes e organismos internacionais. Vigora, portanto, um discurso de que a expansão de escolaridade – via cursos técnicos, regulares e/ou de formação continuada –, facilitaria o trânsito, particularmente dos contingentes mais jovens, para o mercado de trabalho. Porém, como se discutiu anteriormente e com base na convivência cotidiana proporcionada por esta pesquisa, essa correlação não é simétrica e constitui um processo permeado de peculiaridades que pesam negativamente para o lado vulnerável: os alunos/trabalhadores.

Pode-se perceber que as experiências profissionais não ocorrem em função de escolhas ou de estratégias em suas trajetórias de vida (o que implicaria numa racionalidade que não existe), mas sim, são as únicas chances oferecidas por um mercado de trabalho que muda velozmente, particularmente no que diz respeito à qualificação exigida para novas funções e/ou postos de trabalho.

Aos professores dos cursos técnicos resta trabalhar com uma das questões centrais que emergem no contexto atual de retração do Estado social: a perda da centralidade do trabalho assalariado, com a devida cobertura social, como elemento estruturante de relações sociais definidas cotidianamente. Nesse sentido, a situação de vulnerabilidade em que se

encontram vastos segmentos sociais faz com que a procura por novas qualificações técnicas ocorra num contexto de (re) instauração do individualismo negativo, pois o que está em jogo, atualmente, são as “dificuldades e os riscos de existir como indivíduo” (CASTEL, 1998, p. 596).

Aos antigos contingentes populacionais considerados classicamente inadaptados sociais (doentes mentais, inválidos, acidentados por serviço), somam-se, agora, trabalhadores cujas ocupações desapareceram, atingidos pela precariedade do trabalho, vastos segmentos de mão-de-obra sem qualificação específica ou em busca de novas qualificações, aspirantes ao primeiro emprego e os que acreditam que, com novos cursos e novas qualificações, possam reingressar no mercado de trabalho ou progredir em alguma carreira, mesmo que não seja considerada a ideal, aquela que a sociedade valoriza.

Entre o desemprego e o emprego formal, ainda, são vários os fatores que pesam na situação dos fragilizados, pois embora encontrem, eventualmente, colocações temporárias, atividades autônomas, etc., “as dificuldades econômicas desse grupo referem-se, na maioria das vezes, aos *status* jurídicos inferiorizados – ao desemprego, evidentemente, mas também, às situações intermediárias entre o emprego e o desemprego: ao trabalho temporário ou de meio período, aos contratos por tempo determinado, aos estágios e cursos profissionalizantes alternados, aos bicos, aos acordos de aposentadoria antecipada, etc” (PAUGAM, 2003, p. 64). Em suma, a irregularidade da atividade econômica gera segmentos de fragilizados, estudados sob a ótica da sociologia como aqueles que são mais atingidos em sociedades cuja exigência de *status* atinge níveis altos de expectativas e de consumo, o que desencadeia estados de angústia.

Referências

BARBOSA, José Eduardo. Grandes beneméritos de Santos. **A Tribuna**, Santos, 1 nov. 2003. Texto sobre João Otávio. Edição especial/comemorativa dos 460 anos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0250d6.htm>>. Acesso em: 30 out. 2005.

BRASIL. **Lei Nº 952, de 30 de janeiro de 1976**. Cria a Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 20 de abril de 1976. Disponível em < <http://www.al.sp.gov.br/>

_____. **Decreto-Lei de 06/10/1969**. Cria como Entidade Autárquica Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo - Sistema de Cadastro de Legislação - ALESP. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/legislacao/>> Acesso em 15/05/2007

_____. Decreto n. 16.309, de 04/12/80 do Governo do Estado de São Paulo. Estabelece a integração ao Centro de Educação Tecnológica Paula Souza seis unidades escolares que ofereciam o ensino técnico no Estado. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/legislacao/>> Acesso em 15/05/2007

_____. Decreto Lei de 27/10/93. Autoriza a transferência das Escolas Técnicas para o Centro de Educação Tecnológica Paula Souza . Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/legislacao/>> Acesso em 15/05/2007

_____. Decreto n. 5.154/04. Estabelece as diretrizes para a educação profissional e tecnológica. Brasília, 2004a. (Revoga o Decreto Federal n. 2.208/97).

_____. Decreto n. 5.159/04. Institui a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2004b.

_____. Decreto n. 2.208, de 17/04/97. Regulamenta o § 2º do artigo 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Diretrizes e bases da educação nacional: legislação e normas básicas para sua implantação. São Paulo, 2001. p. 163-165.

_____. Educação profissional de nível médio no censo escolar. Brasília: Inep, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/>> Acesso em: 25 set. 2007.

_____. Programa Escola técnica aberta do Brasil. Brasília: MEC/SEED/SETEC, 2007. Disponível em: <<http://www.etcbrasil.mec.gov.br/>> Acesso em: 16 out. 2007.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2005.

BUENO, Maria Sylvia Simões. Formação docente para a educação técnica e profissional de nível médio. In: PARDAL, Luís et al. Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual. Organização Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, PUC/SP. Campinas: Autores Associados, 2005. p.137-151

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. A insegurança social: o que é ser protegido? Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CETEC). SAI/ETE. Sistema de avaliação institucional: 6º relatório de avaliação. Etec Dona Escolástica Rosa. Pesquisa SAI/ETE, 2005

_____. Sistema de avaliação institucional: 7º relatório de avaliação. Etec Dona Escolástica Rosa. Pesquisa SAI/ETE, 2006.

_____. Mapeamento das escolas técnicas: 1º sem. de 2007/vestibulinho, n. 20, p. 42

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DONA ESCOLÁSTICA ROSA. Plano Escolar 2007. Santos, SP, 2007. Disponível para consulta na secretaria da escola.

GOMES, Dulcinéia de Oliveira. O Instituto Escolástica Rosa: formando o mundo dos trabalhadores em Santos. 2001. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

HEMÉRITAS, Adhemar B.; MAIA, Luis Carlos Zanirato. Reflexos da reforma da educação profissional nas escolas técnicas estaduais de São Paulo. Campinas: Komedi, 2005.

MARTINS, Angela Maria. A gestão de uma escola técnica: desafios pedagógicos. In: PARDAL, Luís et al. Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual. Organização Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, PUC/SP. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 111-135.

_____. Aspectos organizacionais e dinâmicos na gestão da escola pública: dilemas e conflitos. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 24, p. 135-152, 2008a.

_____. O contexto escolar e a dinâmica de órgãos colegiados: uma contribuição ao debate sobre gestão de escolas. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 16, p.195-206, 2008b.

MORAES, Maria Sylvia Vidigal; ALVES, Julia Falivene. Escolas profissionais públicas do Estado de São Paulo: uma história em imagens. São Paulo: Centro Paula Souza: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

NARDI, Henrique Caetano. Ética no trabalho. IN: CATTANI, A. D. Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia. 4. ed. Petrópolis: Vozes: Ed. da UFRGS, 2002. p. 116-122.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Trabalho decente e juventude. América Latina – Resumo Executivo. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/>>. Acesso em: 2 out. 2007.

PAIVA, Vanilda. Desmistificação das profissões: quando as competências reais moldam as formas de inserção no mundo do trabalho. Contemporaneidade e Educação, v. 2, n. 1, p. 130-131, 1997.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: EDUC: Cortez, 2003.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.